



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 17ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada de forma híbrida, no Plenário da CMJP, aos 31 dias do mês de março do ano de 2022.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (AVANTE)

Primeiro-Secretário

Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereador Thiago Nóbrega de Lucena (PRTB)

Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PATRIOTA)

Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (PMB)

Vereador Bruno Farias de Paiva (CIDADANIA)

Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão (PATRIOTA)

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)

Vereador Emannuel Bezerra dos Santos – Emano Santos (PV)

Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)

Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)

Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo (CIDADANIA)

Vereador Junio Leandro Azevedo de Macedo (PDT)

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira – Marcílio do HBE (PATRIOTA)

Vereador Marcos Alexandre de Oliveira Lima Sobreira – Coronel Sobreira (MDB)

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Vereador Marmuthe de Souza Cavalcanti (PSL)

Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (CIDADANIA)

Vereador Tanilson Tarso Nobrega Soares (AVANTE)

Lista de vereadores presentes de forma virtual

Vereador José Luiz Pereira Gonçalves – Bispo José Luiz (REPUBLICANOS)

Vereador Ronivon Ramalho Diniz – Mangueira (PP)

Vereador Luís Flávio Medeiros Paiva – Dr. Luís Flávio (PSDB)

Vereador Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga (PROS)

Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)

Ausentes com justificativa:

Vereador Marcos Bandeira Pequeno (PMB)

Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (PV)

Ausentes:

Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (MDB)



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 09h54, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária e convido o vereador Damásio Franca Neto para ler o texto bíblico”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente colocou em votação a ata da 16ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e aprovada. Em seguida, o Sr. Primeiro-Secretário procedeu à leitura dos documentos do expediente em mesa*.

Memorando nº 06/2022 – GVFM

Assunto: Justificativa de ausência do vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto na atual sessão.

Justificativa Oral de Ausência – GVMB

Assunto: Justificativa de ausência do vereador Marcos Bandeira Pequeno na atual sessão.

1.1 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

Pela ordem, a Sr.ª vereadora Eliza Virgínia solicitou a aprovação de requerimento para realizar sessão especial no dia 28 de abril, quinta-feira. Na presidência, o Sr. vereador Thiago Lucena solicitou que a vereadora encaminhasse o pedido para a Mesa Diretora.

1.1.1 Discussão das indicações em destaque:

Não houve.

1.1.2 Discussão dos requerimentos em destaque:

Não houve.

1.2 Comentários

O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Na semana passada e na semana retrasada nós fizemos um intenso debate aqui neste plenário a respeito de uma possível perda de recursos por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa da ordem de R\$535.000 (quinhentos e trinta e cinco mil reais) em razão de falhas que foram detectadas no SISAB, que é o sistema do governo federal que processa o cadastramento de pessoas nas mais diversas áreas deste país para fins de ações públicas voltadas para



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

atenção básica, para atenção primária. O vereador Marcos Henriques trouxe uma denúncia que foi formulada pelo Conselho Municipal de Saúde. Nós fizemos os esclarecimentos necessários a respeito daquela denúncia dizendo que a prefeitura não havia perdido um centavo sequer de real, pois fez a sua parte, que foi encaminhar os cadastros para o SISAB, que é esse sistema integrado do governo federal. Ocorre que o próprio sistema do governo federal é que bugou e com isso as informações não foram processadas. Diante disso, a diretora Rayanna Coelho, a diretora da atenção à saúde do município, foi à Brasília na última segunda-feira. Teve uma reunião com Daniela de Carvalho Ribeiro, que é a secretária nacional da secretaria de atenção primária à saúde, e fez ver ao governo federal, e houve um reconhecimento por parte do Ministério da Saúde de que a falha não foi da prefeitura, mas sim do próprio governo federal, do próprio Ministério da Saúde. E, documentando-se com relação a este tema, a própria Daniela de Carvalho Ribeiro, repito, secretária nacional da atenção primária de saúde de nosso Brasil, encaminhou um e-mail dirigido à secretaria municipal de saúde informando justamente esses dados que nós, na semana passada, fizemos questão de trazer luz a tribuna para esclarecer a toda cidade, sobretudo ao vereador Marcos Henriques, que foi o porta voz da denúncia feita pelo conselho municipal de saúde. Diz o e-mail: *‘prezada Rayanna. Conforme dialogado nesta data com assessoria deste gabinete e técnicos da coordenação geral de informação da atenção primária, CGAP, do Departamento de Saúde da Família, ratificamos que a análise do banco de dados do município de João Pessoa ainda está ocorrendo. Desde dezembro de 2021, com um ataque hacker que nossa instituição sofreu, diversos sistemas de Informação do Ministério de Saúde estão operando de forma mais lenta, o que nos impede de determinar um prazo para finalizar este processo. O Data SUS tem trabalhado para a regularização desta situação. No intuito de mantermos aberto o canal de diálogo, ficou acordado que semanalmente a CGAP entrará em contato com a gestão de saúde local apresentando status desta análise. Também foi solicitada avaliação técnica e jurídica a coordenação geral de financiamento da atenção primária, CGFAP, também deste departamento, sobre os procedimentos que podem ser tomados para evitar o desconto previsto na portaria 407 de 25 de fevereiro de 2022. Caso ao final da análise da CGAP seja comprovado que o município cumpriu a meta prevista na normativa 3263 de 11 de dezembro de 2019, que estabeleceu a iniciativa cadastro. Já nos mantemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que sejam necessários. Respeitosamente, Daniela de Carvalho Ribeiro’*. Então, senhores vereadores, para que a verdade ela possa vir à tona é preciso que esses esclarecimentos sejam trazidos para conhecimento de todos. E o que é que fica bastante claro diante deste e-mail da secretaria da atenção primária de saúde do governo federal? Primeiro que a prefeitura de João Pessoa não foi desditosa, não foi negligente, não foi omissa. Ao contrário, a prefeitura de João Pessoa bateu todos os recordes de cadastros na história do SUS em nosso município. As informações foram enviadas, no entanto, o SISAB, que é o sistema do governo federal que recebe e processa essas informações, sofreu um ataque hacker no final de 2021, o que dificultou o processamento de todas as informações. Agora já não é mais a palavra de Rayanna ou a palavra de Bruno Farias. É a palavra oficial do governo federal atestando que essas informações não foram processadas por um bug no sistema causado por esse ataque hacker. Das 300.000 informações que foram encaminhadas para o governo federal mais de cento 180.000 já foram processadas. Portanto, mesmo com a lentidão do sistema que foi atestada pelo Ministério da Saúde essas informações estão, pouco a pouco, sendo processadas. E o que é mais importante, o município de João Pessoa não sofrerá qualquer tipo de prejuízo financeiro. Nós teremos esses R\$535.000 garantidos, e o que é melhor, para além disso, com a implementação do Vivver, que é o sistema de informação dos dados da saúde que o município de João Pessoa licitou e já está implementando em toda rede de saúde pública municipal, para além destes recursos, nós teremos acesso ao Informatiza APS, que resultará em mais de 3 milhões



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

de reais para a Prefeitura Municipal de João Pessoa, e nós teremos acesso aos recursos do Saúde da Hora, que resultarão em mais 2 milhões de reais mensais para o povo de nossa cidade. Eram esses os esclarecimentos que eu gostaria de trazer senhor presidente. Muito obrigado”.

O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “No Grande Expediente, eu irei falar sobre a saúde. Inclusive, é importante a gente bater não só os R\$ 535 mil, mas também todo aquele recurso que deixou de entrar na saúde bucal, que foi o motivo da minha denúncia e ainda não vi ser rebatido, que é relativo ao mês de outubro, novembro e dezembro de 2021. Mas não vou aqui ficar bate-bola, eu acho que o que a gente quer é que o Ministério da Saúde ou a Prefeitura possam corrigir os rumos aí dessa questão. Mas o que me traz hoje aqui é a decisão da Justiça de ontem ter inocentado a presidenta Dilma Rousseff daquele motivo que a *impeachment*, vamos dizer assim, no ano de 2016, a questão das pedaladas fiscais. É importante como as coisas vão sendo colocadas no seu devido lugar. Primeiro, o presidente Lula saiu da prisão, entrou pela porta da frente, dizendo que iria sair pela porta da frente provando a sua inocência, e assim o fez, saindo tendo como base da sua prisão toda uma conspiração feita pelo então juiz Sérgio Moro e pela cúpula da Lava Jato, dos procuradores de Curitiba. Aquilo ali foi lamentável, aquele PowerPoint, inclusive, ensejou uma multa de R\$ 75 mil reais do Dallagnol para com o presidente Lula, e também uma coisa que não pode deixar de ser dita aqui é que hoje Sérgio Moro está provada toda a sua culpabilidade, sendo relegado a um candidato medíocre que não tem a credibilidade de ninguém. Então, fica aqui a história de um ato totalmente irregular, que começou com a presidente Dilma, que foi inocentada, e terminou agora com a soltura do companheiro Lula, Luiz Inácio Lula da Silva, que estará, se Deus quiser, disputando esse pleito”.

Interrompendo o Pequeno Expediente, o Presidente deu início a votação da Ordem do Dia. Finalizada a votação da Ordem do Dia, o Presidente retornou às falas do Pequeno Expediente.

O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Trago algo que vem acontecendo em relação aos estádios, torcida e ao clube da nossa cidade que é o Botafogo. Eu tenho todo o respeito pelas instituições, principalmente pelo Ministério Público, o qual eu respeito muito as decisões. Porém eu não poderia me calar pela sequência de perseguições que vem sofrendo não só torcida do Botafogo, como a instituição Botafogo Futebol Clube por determinados membros daquela instituição, o Ministério Público. No dia de hoje, o Botafogo fará um jogo contra o São Paulo Cristal e o Ministério Público determina que a torcida do Botafogo não pode ir ao estádio nem descaracterizada, ou seja, torcedor vai a campo com sua família, nem descaracterizado, ou seja, vai ter um interrogatório para saber para que time torce. Em contrapartida, em Campina Grande, houve um jogo entre Campinense e Ceará que houve duas torcidas. E quem perde com isso? Os clubes que ficam sem receita, os torcedores que querem ir ao estádio de futebol, torcidas são perseguidas e constantemente sendo suspensas dos estádios, proibidas de adentrar, sem ter culpa sobre nenhum tipo de mérito, de nada. Então, eu como torcedor do Botafogo e membro de torcida organizada, amante do Botafogo Futebol Clube, fico muito triste com o que está acontecendo. Está na hora de tomar uma atitude contra isso, está claro e notório que existe dois pesos e duas medidas. Não há punição para determinadas torcidas de Campina Grande que têm apreço ao Ministério Público e em relação ao Botafogo existe essa perseguição, fazendo com que o clube perca renda e a torcida não possa acompanhar o clube no estádio. Eu não entendo, liberou a torcida do Náutico para acompanhar o jogo com muito sacrifício para o Botafogo não deixar de ter renda e, em contrapartida, quer proibir o Botafogo de acompanhar o jogo hoje contra o São Paulo Cristal. Então, é



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

um tema que foge, mas eu queria deixar claro aqui a minha indignação e que está na hora da gente parar de balançar a cabeça e tomar atitudes mais enérgicas. Obrigado!”.

O Sr. vereador Carlão disse: “Eu já fui várias vezes um crítico do Ministério Público, e eu me coloco como crítico porque fui eleito pelo povo de João Pessoa e entendo que algumas decisões não são condizentes como, por exemplo, quando começam a surgir decretos menos restritivos e o Ministério Público faz pedido ao Poder Judiciário para que se mantenha o clima pandêmico, as restrições, uso de máscaras e uma série de ações. Mas eu entendo que o Ministério Público, ao tomar suas decisões, ele toma revestido por um ônus que ele tem de ser o fiscal da lei, aquele que age para ver se a lei está sendo cumprida. Eu conheço na essência o Procurador de Justiça, Dr. Valberto Lira, que é um homem extremamente competente, um homem altivo, sei do compromisso que ele tem com o futebol, com a segurança das pessoas, e se em algum momento existe um conflito entre a preservação e a segurança das pessoas, e a liberdade de assistir ou não um jogo de futebol, é preciso que esse conflito seja dirimido, para que nenhuma das partes sejam suprimidas. Lembro ainda nos anos em que fazia parte da Comissão de Direito Desportivo da Ordem dos Advogados do Brasil, estava eu, o advogado Rômulo Leal, Dr. Valberto Lira, andando pelo Sertão, olhando *in loco* os estádios de futebol para a segurança das pessoas, para entender que esse espetáculo maravilhoso que é o futebol também precisa de orientação e de segurança. Daí eu confiar extremamente no Procurador de Justiça, Dr. Valberto Lira, um homem que na sua trajetória sempre teve o trabalho, a dignidade e a moralidade como norte e como caminho para ser seguido. Mas o que a gente pede aqui, hoje, é que haja uma moderação entre os valores da proteção do ser humano e o espetáculo do futebol para que não sejam suprimidos”.

O Sr. vereador Damásio Franca Segundo Neto disse: “Gostaria de destacar dois requerimentos que foram aprovados de nossa autoria. O primeiro é relacionado a uma pavimentação no bairro do Valentina, na rua Doutor Mário Coutinho Sobrinho, no qual nós temos uma amiga, que se chama Márcia, participei de algumas reuniões na casa dela, com a família dela, é uma amiga nossa, funcionária da prefeitura, competente, e há tempos que nós já estamos cobrando essa pavimentação. Desde o mandato passado, no ano de 2021, nós destinamos uma emenda, que foi aprovada por esta Casa, então cobrar a atenção da SEINFRA para que execute esse serviço e contribua com a mobilidade. E o segundo é um requerimento do bairro Altiplano, para que seja feito estudo de tráfego entre a rua Bancário Elias Feliciano Madruga e rua Maria de Lourdes Coutinho Torres, fica depois da Esma, depois do Cartório Eunápio Torres, tem um cruzamento onde não tem sinalização nenhuma e, por diversas vezes, eu já pude presenciar carros vindo da mesma faixa, então a gente solicita à SEMOB para que faça esse estudo, faça a devida sinalização, para que não venha a acontecer acidentes. Muito obrigado Sr. Presidente”.

O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Quero usar esse tempo vereador Damásio que me acompanha como presidente da Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana em vários temas na nossa cidade, estamos sofrendo vários locais, hoje, queria fazer uso para que a prefeitura tomasse uma providência, vereador Damásio, naquele local onde a gente fez a primeira visita da Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana, ali no finalzinho do Aeroclube, onde a gente aprovou aqui já na Casa a possibilidade da prefeitura fazer o parque naquele local, mas que em vez de esperar sair o parque para surgir soluções para mobilidade urbana daquele local, que se pense em algo paliativo para aquele local, porque realmente não tem condições nos horários de pico de ter fluidez no trânsito daquela área. Então, aqui vai essa solicitação para prefeitura, para que a gente possa ter uma solução paliativa



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

enquanto não sai o parque, e que ali não é somente o Bessa, mas toda a cidade circula por aquela área indo para o retão, vindo do Bessa Shopping, vindo da BR, vereador Luiz Flávio, que nos assiste e é morador daquele bairro e deve presenciar, diariamente, a dificuldade do trânsito, da fluidez do trânsito daquele local. Então, vai essa solicitação para a SEMOB, para prefeitura, para trazer alguma solução paliativa para aquela área, e também na temática de mobilidade urbana eu fiz uma reunião, fui convidado pela CDL com alguns lojistas aqui do Centro Histórico se queixando de algumas linhas que deixaram de percorrer no centro de João Pessoa impossibilitando, assim, a continuação pós pandemia, vamos dizer assim, da economia no nosso Centro Histórico, já é um local que está sendo cada vez mais esvaziado pelo fluxo do mercado normal como a gente tem visto hoje de forma que a *internet* está tomando de conta em muitos locais no mundo das vendas, mas o Centro Histórico da nossa cidade é preciso ser preservado, não somente a economia, mas todos esses prédios, a gente está falando não somente de economia, vereador Carlão, mas do nosso patrimônio e a SEMOB tem que ser presente nisso, pois o SINTUR autorizou a retirada de alguns ônibus em algumas áreas do centro que está impossibilitando o ressurgimento aqui para que a economia possa caminhar com as suas próprias pernas nesse pós pandemia, vamos dizer assim, entre aspas. Então, quero solicitar uma audiência com a SEMOB, junto com esses lojistas, junto com a CDL, para que a gente possa devolver os ônibus nessas áreas, para os funcionários, para os clientes, para toda nossa cidade, quem está sofrendo é quem está pagando imposto, é quem está pagando aluguel, e IPTU e TCR alto nessas áreas”.

O Sr. vereador Tarcísio Jardim se acostou a fala do Sr. vereador Thiago Lucena e disse: “Já usei essa tribuna várias vezes, pedindo a volta de diversas linhas de ônibus que pararam de circular em nossa cidade. Trabalhadores, estudantes, várias pessoas que, no turno da noite, tocam suas vidas, estão sem conseguir voltar para casa, porque muitas linhas foram desativadas, principalmente aquelas que moram em bairros distantes. Isso é um problema que há muito tempo vem atormentando a sociedade paraibana. Desde o ano passado que eu venho pedindo isso aqui, nessa Câmara, para que se tome uma providência, para que a SEMOB se reúna com os donos de empresa e veja uma solução, mas quem não pode ser prejudicado é a população. E o segundo ponto, venho aqui me solidarizar com a classe dos agentes socioeducativos. Eu literalmente não sei porque esses profissionais não estão elencados como segurança pública, como uma polícia penal dos menores, assim como a guarda metropolitana não ainda foi elencada como polícia municipal - eu acredito que em breve será. O apoderamento das GCMs no Brasil inteiro vem mostrando isso, uma necessidade de uma delegação, e não usurpação de função. Ninguém quer usurpar a função do outro, mas, sim, dirimir a quantidade de demandas. Eu sou policial civil, tenho grandes irmãos dentro da polícia militar. Sem o trabalho da polícia militar, assim como de todas as outras forças, não dá para tomar conta de tudo sozinho. Principalmente quando nós temos uma gestão estadual que não valoriza os profissionais da segurança pública, não faz concurso. Temos um quadro defasado de integrantes da polícia militar, da polícia civil. Concurso foi anunciado para 1400 vagas, mas, mesmo assim, não chega nem perto do ideal. Os agentes socioeducativos precisam ser valorizados. Ninguém venha dizer que dentro das instituições que cuidam dos menores, só tem santinho ali. Não tem. Existem pessoas que têm uma probabilidade muito maior de se recuperar do que os adultos? Sim. Mas eles trazem perigos reais à sociedade. Não é à toa que eles estão ali dentro, e muitas mal ficam ali por conta da legislação frouxa que a gente tem. Infelizmente, não tenho poder de ter ações efetivas para classe, porque eu sou vereador e a minha atribuição é o município. Mas, mesmo assim, jamais vou me omitir de falar e buscar, trabalhar por essa categoria que tem que ser valorizada”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

1.3 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.

1.4 Demais comunicações

O Presidente, Sr. vereador Dinho, informou que havia sido acordado entre as bancadas de oposição e de situação “a votação, em caráter de urgência, de uma rubrica para pagamento de convênio entre prefeitura e empresa, que expira no dia de hoje”. O Sr. vereador Odon Bezerra esclareceu que a matéria deveria passar por outras Comissões Permanentes, além da CCJR. Solicitou também a inclusão na pauta da Ordem do Dia da Medida Provisória número 18.

O Presidente pediu aos membros das Comissões Permanentes e aos presidentes das mesmas uma maior atenção e presença nas reuniões, para dar celeridade aos pareceres e não acumular matérias.

2 ORDEM DO DIA (*)**

Apreciadas as seguintes matérias extrapauta:

ITEM 01: MP 18/2021

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: REGULAMENTA O REPASSE AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – ACS E AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS – ACE DO INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Reunião no âmbito da CCJ: O Sr. vereador Odon Bezerra, relator da matéria, leu o parecer e, ao final da leitura, disse votar pela aprovação. Em seguida, perguntou como votam os demais membros da CCJ presentes em plenário. Votaram favoráveis os seguintes vereadores: Durval Ferreira, Tanilson Soares, Thiago Lucena, Bispo José Luiz e Tarcísio Jardim.

Situação: O Presidente da CCJ, Sr. vereador Odon Bezerra, declarou o parecer aprovado pela unanimidade dos presentes.

Parecer oral: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovada a medida em discussão e votação única.

Declaração de voto: O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley - Dinho, parabenizou a todos os vereadores, em especial ao autor, Sr. vereador Junio Leandro, pela votação, e disse: “Essa Casa dá exemplo a toda a categoria”. O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Eu estive recentemente com a ex-secretária Margareth, e também com o secretário Luiz, a respeito da gente fazer uma emenda relacionada a Medida Provisória, no que tange a respeito do prazo de alguns agentes comunitários que tiveram licença de saúde. Alguns trabalhadores, no ano passado, se acometeram de covid trabalhando na área, e acumularam a licença maior que 30 dias. Foram em média 20 a 25 trabalhadores que deixaram de receber porque estavam exercendo a sua função, e a lei retroagiu e atingiu esses profissionais. Então, em acordo com o secretário Luiz, o atual secretário, e com a secretária Margareth,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

a gente protocolou já no sistema, mas não deu recebido porque a medida não tinha passado ainda, uma emenda que prorroga o prazo de 30 para 90 e, aquele agente que se afastar por um período maior, receberá de forma proporcional aos dias trabalhados, e não àqueles dias que eles estiveram afastados. Então são duas emendas que, inclusive, já foi conversada com o secretário atual nessa mesma semana. Queria protocolar aqui, para ver se a gente pode fazer essas duas emendas”. O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley - Dinho, disse: “Vereador, o projeto foi votado na íntegra, inclusive, com o voto de Vossa Excelência. Como que vamos incluir uma emenda a um projeto que acabou de ser votado? A gente tem que estudar com o líder para que a prefeitura acate administrativamente, talvez, ou encaminhar um projeto de lei”. O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Apenas para tentar chegar a um consenso. Como o processo já foi votado, ele vai se converter em lei - deixará de ser uma Medida Provisória e passará a ter uma lei, com uma determinada numeração. E aí, o que a gente pode fazer é apresentar um projeto de lei que altere em determinado artigo ou em determinado inciso essa lei que passará a vigorar com a conversão da Medida Provisória. Eu acho que essa é a saída porque, de fato, o processo legislativo já se encerrou”.

ITEM 02: PLO 945/2022

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL, NA SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE JOÃO PESSOA-SEMOB E NA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. (20 MI)

Reunião no âmbito da CCJRLP: O Sr. Presidente Odon Bezerra designou o Sr. vereador Tarcísio Jardim para relatar a matéria, a qual declarou parecer favorável.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 06 (Thiago Lucena, Tanilson Soares, Durval Ferreira, Bispo José Luiz, Tarcísio Jardim, Odon Bezerra); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01 (Guga).

Parecer oral: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Reunião no âmbito da CFO: O Sr. Presidente Bruno Farias assumiu a relatoria e deu seu parecer favorável.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 06 (Zezinho Botafogo, Carlão, Emano Santos, Bosquinho, Mangueira, Bruno Farias); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01 (Mikika Leitão).

Parecer oral: O Presidente, Sr. vereador Bruno Farias, declarou parecer favorável ao projeto

Reunião no âmbito da CPP: O Sr. Presidente Marcílio do HBE designou o Sr. vereador Damásio Franca Neto para fazer a relatoria, que se posicionou favoravelmente.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 06 (Chico do Sindicato, Toinho Pé de Aço, Junio Leandro, Eliza Virgínia, Marcílio do HBE, Damásio Franca Neto); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01 (Milanez Neto).

Parecer oral: O Presidente, Sr. vereador Marcílio do HBE, declarou parecer favorável ao projeto.

No Plenário

Parecer oral: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública,

Discussão: Consenso do Plenário

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 05.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Ao final da votação, o Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, extraordinariamente, tomou a palavra e teceu agradecimentos aos vereadores por acordarem em proceder essa votação de forma extra pauta, tendo em vista a urgência da apreciação projeto, sendo um dia em que não haveria, *a priori*, Ordem do Dia.

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

1º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Marcos Henriques, disse: “Bom dia senhoras e senhores. O que trago hoje aqui neste Grande Expediente é algo que eu considero muito sério. Porém, eu queria uma posição da prefeitura. Primeiro, eu queria esclarecer que eu não estou aqui para acusar ninguém. Porque essa denúncia, que foi feita ao Ministério Público, para mim, precisa ser averiguada. O secretário executivo de Saúde do município de João Pessoa, senhor Luís Ferreira de Souza Lima, nomeado no dia 21/12/2021, acumula indevidamente três cargos de excepcional interesse público no governo do estado da Paraíba. Considerando a mais recente atividade, o acúmulo geral dos vínculos supera, e aí por questão de ética eu não vou falar o valor, mas são quatro cargos acumulados, e essa denúncia, o Ministério Público investiga, e eu queria cobrar que o próprio líder do governo possa esclarecer, porque a acumulação remunerada de cargos públicos é vedada pela Constituição Federal, admitindo apenas três exceções previstas no art. 37. Observa-se facilmente que o presente caso não se enquadra nas hipóteses previstas na Lei Maior, constituindo assim acumulação indevida de cargo público. Resta investigar se o servidor, efetivamente, prestou os serviços sem acarretar prejuízos expressivos à administração pública. Aparentemente, é impossível o servidor exercer o cargo de secretário executivo de saúde de João Pessoa e ter mais três vínculos. Então, essa denúncia foi feita, é porque aqui no Sagres nós temos todos os vínculos empregatícios. Isso deixa-nos a questionar. Será que isso é verdade? Por que essa denúncia foi feita no Ministério Público? Precisa ser averiguada e como nós estamos aqui na casa de Napoleão Laureano e tem representantes do governo municipal, a gente quer esclarecimentos, apenas esclarecimentos, porque é assim que a gente faz manifestação, manifestação de maneira respeitosa, de maneira clara, não citei números, mas eu quero saber se realmente isso é verdade porque, se for verdade, ele está pior do que a Rayanna, Rayanna faz Medicina, ela é secretária e ela ainda tem outro cargo de Enfermagem, e esse daqui é humanamente impossível, a não ser que o dia tenha 45 horas. Como a gente sabe que o dia só tem 24h, então, é humanamente impossível você ter três cargos e ainda ser secretário, onde você ser secretário é muito importante, mas conhecendo bem a secretaria de saúde, a gente sabe que a forma como o gabinete paralelo funciona, é importante saber se realmente isso está acontecendo porque não está entrando secretário. Entra um, sai outro e a gente não tem o devido esclarecimento. Mas de forma muito respeitosa, aqui neste momento, eu peço esclarecimentos. Era importante que o líder do governo possa prestar esse devido esclarecimento à população de João Pessoa porque a saúde precisa ser prioridade e, principalmente na gestão pública, é importante que as pessoas possam ter o seu tempo integral dedicados à saúde. Repito, não conheço nem o secretário, ainda não tive a oportunidade de me apresentar a ele, mas a minha secretária já pediu uma reunião com ele e eu espero ter os devidos esclarecimentos. Esse é o primeiro ponto que eu trago aqui e espero ter a resposta. Sem querer ser dono da verdade, muito menos querendo atacar ou acusar



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

peessoas, tanto que eu nem disse aqui o valor que ele recebe, no entanto, uma coisa importante a dizer é que a denúncia existe, o Ministério Público está acompanhando e, antes que o Ministério Público possa falar, eu peço para que a prefeitura possa esclarecer através de seus órgãos competentes o que realmente está acontecendo no município de João Pessoa. Este é o primeiro tema. O segundo tema, o amigo Tarcísio já começou, a questão da luta dos agentes socioeducativos. Eu queria passar um vídeo aqui, queria que a produção passasse esse vídeo”. Foi exibido o vídeo solicitado pelo vereador. Posteriormente disse: “Pois é, ontem estive participando e, nesse momento, eu quero me solidarizar com todos os trabalhadores e trabalhadoras da FUNDAC. Foi uma mobilização importante e que fala de uma categoria que tem um dos menores salários, os agentes de sócio educação do país. Um salário muito inferior. Um salário que, em nível superior, o trabalhador em nível superior chegar a R\$2400 (dois mil e quatrocentos reais) e aqueles que são dele nível médio, concursados ou não concursados, chegar aí a R\$1600 (um mil e seiscentos reais). E uma coisa interessante é que os concursados lá têm um tratamento, ganham até menos. Não que os trabalhadores não concursados sejam inferiores, agora eu acho que todos deveriam ter um salário condizente com a profissão que eles assumem. Existe periculosidade, existe uma série de questões ali entre os agentes socioeducativos e eu queria me solidarizar com eles. Dizer que eles podem contar com o nosso mandato, ainda estão em greve e eu espero que o governo do estado possa receber os trabalhadores e possa apresentar um plano de cargos, carreira e remuneração. É muito importante que esse plano de cargos, carreiras e remuneração seja apresentado e eles possam ter uma perspectiva de melhora, melhorar principalmente naquilo que é muito importante, que é o piso da categoria. Não tem piso. Piso da categoria é um salário mínimo, para um trabalhador que faz um trabalho tão importante, que não é só de fiscalização, é de ressocialização, de educação. Então, esses menores precisam ter uma orientação”.

Em aparte, o Sr. vereador Junio Leandro disse: “Eu sou testemunha de sua luta perante a estes profissionais e é muito triste a gente ver assim, trabalhadores que merecem tanto a valorização, que até colocam as suas vidas, de certa forma, em risco, lutando pela ressocialização destas pessoas, serem tão desvalorizados. E eu compactuo com a luta de vossa excelência, vamos abrir espaço para que esses trabalhadores tenham voz e vez, e aí a gente já endereça a quem de direito for para que receba as categorias, para que eles tenham, de fato, o direito de receber um salário digno. É muito triste a gente ver pessoas concursadas, pessoas com nível superior, que se dedicam anos e anos em uma faculdade para se capacitar e ao final receberem o salário que não condiz com o que entregam para o bem público. E a gente vê, às vezes, essa situação aqui no estado da Paraíba e nos deixa muito triste. Mas a gente torce que com organização, luta e o apoio do mandato de vossa excelência, que está sempre encabeçando as lutas desta categoria, com ajuda do nosso mandato também, de Junio Leandro, essa situação venha a se reverter”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Marcos Henriques agradeceu o aparte e disse: “Vamos acompanhar, porque a luta é justa e eu, enquanto parlamentar do município, não poderia deixar de me pronunciar. É do estado, não tem nada a ver com o município, mas são trabalhadores, e a nossa voz tem que ser endereçada aos trabalhadores. Ainda naquela manhã eu estive na mobilização do pessoal da previdência do INSS. Também estão mobilizados porque querem uma negociação, querem ser respeitados, querem uma melhoria salarial, já que o salário deles também está congelado, e o governo Bolsonaro ainda não deu o reajuste salarial e nem sequer recebe para negociar. Então, são trabalhadores que merecem referência e toda a luta do nosso mandato. Era isso que eu tinha para hoje, agradeço a vossa excelência a tolerância”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

2º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Bruno Farias, disse: “Sr. Presidente, senhores vereadores, povo de João Pessoa que nos acompanha, há alguns dias, respondendo à denúncia protocolada pelo Conselho Municipal de Saúde, em relação a um possível acúmulo de cargos ou falta de assiduidade da diretora de atenção à saúde, Sr.^a Rayanna Coelho, nós comprovamos, por A mais B, que as denúncias, além de infundadas, têm um caráter político muito forte. Nós mostramos que a Sr.^a Rayanna havia sido aprovada num processo seletivo em abril de 2020, para se somar à força-tarefa que foi empreendida à época para conter os avanços da pandemia do coronavírus, lá no ProntoVida, que em 2021, ainda no primeiro semestre, pediu desligamento do ProntoVida, uma vez que estava na Diretoria de Atenção à Saúde (DAS) do município de João Pessoa. Informamos também que, em dezembro de 2021, ela defendeu a sua dissertação de mestrado na Universidade Federal da Paraíba e, como se sabe, quando se defende uma dissertação de mestrado, é porque as cadeiras já foram pagas há algum tempo, portanto não havia também conflito de horário entre o mestrado da mestra Rayanna e o seu expediente de trabalho. Em seguida, foi dito que ela foi aprovada em dezembro de 2021 para o Curso de Medicina de uma universidade particular de nossa cidade. Nos meses de fevereiro e de março, ela assistiu as aulas de maneira remota, no contra turno dos trabalhos desenvolvidos na DAS. E, em razão do fato de a senhora Rayanna não se doar pela metade às atividades a que abraça, às missões que lhe são confiadas, ela própria pediu desligamento da DAS ao prefeito Cícero Lucena. E eu fiz aqui a defesa movido por um sentimento de justiça. Eu não queria que essa injustiça fosse tão forte ao ponto de colocar em xeque a integridade da senhora Rayanna. Eu repito o que disse na semana passada e semana retrasada: trata-se de uma servidora íntegra, exemplar. Essa denúncia vazia foi respondida. Hoje, o vereador Marcos Henriques traz uma nova denúncia, dessa vez dirigida ao secretário Luís Ferreira Júnior, que até então estava na secretaria executiva de Saúde, desde a saída da professora Margareth, tem respondido interinamente por uma das pastas mais importantes da gestão. Eu acredito, inclusive, por sua competência, por sua eficiência, que ele pode sim ser integrado à gestão na condição de secretário titular da Saúde do nosso município. E o Sr. Luís Ferreira, médico reconhecido pelos serviços prestados à nossa população, intensivista de mão cheia, de fato, tinha dois vínculos com o estado da Paraíba, no Hospital de Traumas, hospital esse que, diga-se de passagem, de há muito deixou as páginas policiais para ser referência de emergência não apenas na Paraíba, mas do Nordeste inteiro. Eu não quero que ninguém vá ao Trauma, mas as pessoas que por necessidade precisam do Trauma dão o testemunho, vereador Marcos Henriques, do acolhimento humano e da forma absolutamente profissional e adequada com a qual aquele hospital recebe e trata os seus pacientes. E Dr. Luís Ferreira Júnior é um desses expoentes da medicina paraibana que dedicam seu tempo a cuidar da vida das pessoas, e como resultado de seu trabalho, lá no Trauma, a eficiência dos serviços daquele hospital. Inclusive, por conta desse seu desempenho é que ele foi convidado pelo prefeito Cícero Lucena para compor a equipe de auxiliares da gestão. Mas, enfim, eu dizia que ele tinha dois vínculos, um pela manhã e plantões noturnos. Desde que foi convidado pelo prefeito Cícero Lucena, lá em dezembro, para ser o secretário executivo da Saúde, que o Dr. Luís Ferreira pediu desligamento do Trauma em um dos seus vínculos durante o período diurno e vespertino. Ocorre que no Trauma os pagamentos não são feitos de maneira imediata, você trabalha e há um lapso de 60 a 90 dias para o pagamento dos profissionais de saúde. Dr. Luís Ferreira pediu desligamento lá em dezembro e recebeu o seu último salário, referente ao mês de dezembro trabalhado, agora, no mês de março, cumprindo a rotina administrativa do Trauma. Em relação aos plantões noturnos, que não são diários, como é no contra turno da secretaria, ele estava desempenhando até o momento. Portanto, não há choque de horários, não há conflito de interesses, não há descumprimento da legislação brasileira, Dr. Luís Ferreira cumpre



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

integralmente a sua jornada de trabalho enquanto servidor da Prefeitura Municipal de João Pessoa, e eu, em diversas reuniões, de dezembro para cá, pude testemunhar a tecnicidade, a competência do Dr. Luís Ferreira Júnior. Eu não tenho dúvidas, vereador Marcos Henriques, que, em se efetivando na titularidade da Secretaria Municipal de Saúde, nós teremos ganhos que a gente sequer pode dimensionar, porque ele foi, por exemplo, um dos responsáveis, enquanto profissional de saúde, pela transformação do Hospital de Trauma, e nós sabemos o quanto o Hospital de Trauma foi judiado nos últimos anos. Várias administrações sucessivas, inclusive, sobretudo, pela administração de Ricardo Coutinho do PT, que deixou o Trauma em péssimos lençóis. O Trauma ficou traumatizado, mas profissionais de saúde como o senhor Luís Ferreira foram responsáveis por esse resgate do Trauma. Mas o que eu quero dizer é que essa será, vereador Marcos Henriques, uma denúncia que, assim como a da senhora Rayanna, se mostrará vazia, ineficaz, e denúncia, cá para nós, é algo que eu sei que os petistas encaram, assim, com um olhar de soslaio, com muitas reticências, porque o principal ícone do PT talvez tenha sido o homem público que mais mereceu denúncias nesse país, inclusive, do Ministério Público, denúncias que foram objeto de apreciação do Poder Judiciário em primeira, segunda, terceira instância. Está certo que, lá na frente, algumas dessas denúncias, por questões procedimentais, acabaram sendo esvaziadas, mas o fato é que a gente não pode atestar às denúncias o caráter de verdades absolutas. Devemos recebê-las, encará-las, mas termos o olhar crítico em relação a todas elas. É esse mesmo olhar crítico, vereador Marcos Henriques, que os petistas sempre tiveram em relação às denúncias movidas contra o ex-presidente Lula e contra a ex-presidenta Dilma Rousseff que eu espero que nós tenhamos também em relação a denúncias de maneira geral”.

Em aparte, o Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Vereador Bruno, eu evito politizar qualquer tipo de denúncia, porque não é porque a gente traz uma denúncia, como obrigação de um vereador trazer para cá, e eu repito, não vou me eximir de trazer nenhum tipo de observação, e aqui eu não denunciei, aqui eu coloquei, pedi explicação, como de fato vossa excelência está dando. Não politizei, agora, vossa excelência está politizando. Toda vez que vossa excelência faz uma menção, fala no PT. Eu sinceramente acho que isso é uma politização que foge a um debate sóbrio sobre um questionamento que eu faço, que vossa excelência, como líder, pode ou não responder. O que eu pedi foi baseado em uma denúncia que foi feita, que tem aqui a observação do Tribunal de Contas, e eu pedi que a prefeitura se posicionasse quanto a isso, porque, a partir do momento que se posicionar e disser, eu tenho humildade suficiente para dizer, olha, ele realmente... ele está há quanto tempo o atual secretário-adjunto?”.

Respondendo, o orador, Sr. vereador Bruno Farias, informou que o atual secretário-adjunto estava no cargo desde o dia 17 de dezembro, quando “Margareth e Luís Ferreira foram anunciados respectivamente como secretário e secretário executivo da Saúde do município”.

Continuando o aparte, o Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Então, a denúncia está tramitando e eu, enquanto vereador, quero dizer que, independente do governo, aqui eu não estou questionando a competência do secretário, em nenhum momento eu questionei. O que eu questionei é que a saúde de João Pessoa precisa ter uma atenção melhor e qualquer tipo de pessoas que estejam gerindo a saúde, elas precisam ser cobradas e precisam ter a compreensão da dedicação que precisam ter à cidade. Eu estarei acompanhando esse caso e logicamente que o trarei à tribuna quando eu achar conveniente, porque trarei qualquer outro caso. Agora mesmo trouxe do estado, cobrando ao estado. E, assim, que seja estado, que seja governo do PT, que seja governo do PP de Cícero, que seja governo do PSB de João Azevêdo, eu estarei aqui pautando, e não deixarei um minuto sequer de fazer a minha obrigação de oposição”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Aparteando, o Sr. vereador Thiago Lucena disse que era preciso ter cuidado ao colocar denúncias, evitando prejulgamentos. Argumentou citando denúncias imputadas a políticos, a exemplo do seu pai, que posteriormente foram derrubadas na Justiça.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Bruno Farias, agradeceu os apartes e disse: “Eu sei, vereador Marcos Henriques, que, na condição de oposição nessa Casa, vossa excelência tem que cumprir, de fato, esse papel de dar vazão às informações, as mais variadas que lhe chegam. Eu só peço que esse olhar crítico que vossa excelência sempre teve em relação às denúncias que foram impetradas contra integrantes do seu partido, o Partido dos Trabalhadores, e que também da mesma forma em relação a outras que lhe chegam. Vereador Thiago traz aí um exemplo doméstico, familiar do quanto uma denúncia vazia causa transtornos e, enfim, traz um sentimento de impotência muito grande, mas como é bom quando a Justiça do país dá o veredito final e aquelas falsas acusações se esvaem e a verdade vem à tona”. Por fim, afirmou que a saúde merecia todo o esforço do poder público, disse ter visitado o Santuário da Penha, no dia anterior, e anunciou a restauração da Unidade de Saúde da Família do bairro da Penha.

3º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Carlão Pelo Bem, disse: “Queria falar sobre algo que a gente termina tolerando, mas é preciso trazer que é, justamente, a dificuldade em que essa nova sociedade foi estruturada, transformada com o avanço da tecnologia. Essa mudança que faz com que, muitas vezes, as famílias não saibam como educar seus filhos, porque dentro dos celulares, nós encontramos todos os tipos de conteúdo: conteúdos bons, conteúdos maus. E o que a gente consegue enxergar quando filmes - há pouco tempo bem divulgados - trazem uma provocação, uma incitação à pornografia infantil. E as maneiras como isso ocorre são tão sutis, que nós não percebemos. Imaginemos, por exemplo, esse último filme que eu não quero dizer o nome, não por medo, mas é porque a gente não pode divulgar o mal. Se eu não me engano, há três anos, quatro anos, o filme *Como ser um mau aluno* trazia uma cena explícita de provocação entre um professor, propondo que uma criança fizesse nele sexo oral. Um filme de comédia, e muitos assistiam esse filme há três anos atrás. E a categoria desse filme era de 14 anos. Isso estava na nossa frente, e a cena lamentável de um ator conversando com as duas crianças, abrindo o zíper, propondo sexo oral por troca de aumento de nota, ou algo assim. Aquela cena acontecendo continuamente, e ninguém nunca disse nada. Até que um dia, depois de quatro anos, alguém percebeu. Aí um deputado estadual do Ceará disse: ‘olha, está tendo aqui uma incitação à pedofilia’, e aí o Brasil todo se volta, mas o mal já tinha sido feito. Esse filme foi visto durante quatro anos, para crianças de 14 anos de idade. E quando a gente vê lá, 14 anos de idade, a gente olha e diz: ‘Ah, meu filho de 12, 13 anos, pode ver também’. E isso estava dentro da nossa casa. As escolas que quisessem divulgar esse filme, estava permitido. Qualquer criança de 14 anos podia ver. A maneira como o mal, a pedofilia, as coisas ruins entram dentro de nossa casa, são sempre sutis. E é preciso que a gente faça um movimento, uma ação contrária. É preciso que esse Ministério Público, por exemplo, ele haja de forma mais enérgica contra isso. Existe a lei da inércia de Newton, ela diz que o corpo não tende a se movimentar se não existir nenhuma força contra ela. Acontece que essa lei da inércia sobre os objetos inanimados, também cabe a nós, seres humanos. Se nós não nos movimentarmos, não empurrarmos isso para o lado, para fora, não condenarmos, não apontarmos o mal, aquele mal que está ali presente, vai permanecer durante anos e anos. Essa lei da inércia de Newton vale também para pornografia infantil, vale também para corrupção, vale também para homens e mulheres maus. Se nós não empurrarmos para fora, eles ficarão ali, fazendo mal a todo instante e a toda hora. As redes sociais, por exemplo, estão na nossa palma da mão. Olha o dado importante de 2021 para 2022: dentro do



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Instagram, dentro do Facebook, dentro do Twitter, existe também os aliciamentos e, muitas vezes, quando a gente empresta o celular a um filho ou uma filha, eles estão ali expostos àquela imoralidade, aquele crime. E tem muita gente que tenta pegar a pornografia infantil, a pedofilia, e flexibilizá-la, tratando-a como uma doença mental. Sim, existem os doentes mentais que devem ser punidos e incriminados, como existem os criminosos, os maldosos que se aproveitam da inocência da criança”. Em seguida, pediu para a TV dar um zoom em um papel que continha dados da Central Nacional de Crimes cibernéticos, e explicou: “O Facebook tem 64% ainda, das contas que deveriam ser removidas, que tratavam de pornografia infantil. 36% de contas foram, apenas, expurgadas, saíram do Facebook. No Twitter, de 100% de ações de pornografia infantil, 73% não foram removidas ainda. É conteúdo pornográfico dentro da mão do seu filho, e a gente precisa denunciar. Se a gente for ver o Instagram, 75% das contas que envolvem pornografia infantil estão dentro do Instagram. Lembra daquela lei da inércia de Newton, que acabei de falar? Pois bem, a gente precisa usar ela agora. Se a gente não expurgar esse pessoal, não retirá-los desse processo de democratização que a rede social trouxe, a gente vai estar erotizando nossos filhos. As mesmas coisas cabem também, para as ações de racismo: 88% das contas que tratam sobre racismo, ainda não foram retiradas. Do Twitter - esse foi mais assertivo na retirada das contas - apenas 30% das contas que tratam sobre racismo, continuam ainda abertas. E no Instagram, 87% das contas que tratam sobre racismo, estão lá. A lei da inércia de Newton tem que ser usada nesse momento. Um corpo tende a ficar no mesmo lugar para sempre, se nenhuma força vier e for contrária a ela. Então, se nós permitirmos a flexibilização, a ação voluntária que homens e mulheres maus que usam as redes sociais para erotizar nossas crianças, atingir nossos filhos, para seduzir, para enganar, a gente precisa fazer alguma coisa. Se já está demonstrado na Central Nacional de Crimes Cibernéticos, por que que a gente não se movimenta? Por que é que o Ministério Público não age com muito rigor? Quando a sociedade se moderniza, o crime se moderniza também, e é contra isso que a gente tem que lutar. É por isso que eu fico assustado quando eu vejo pessoas indecentes usando a sua alta popularidade para erotizar, seduzir, enganar, expor sempre uma parte sutil da criminalidade. E é por isso que eu me coloquei aqui hoje, para que a gente possa fazer uma frente de força contrária à pornografia infantil, a pedofilia. Não vamos flexibilizar esses crimes, não vamos ser tolerantes a isso. Por muito pouco, a gente vê um Instagram ser bloqueado. Essa grande ferramenta que vem mudando o convívio, pode ser usada para o bem e para o mal. A gente não pode ser tolerante com o mal. E fica aqui o meu repúdio e eu peço a atenção dessa Casa, para que a gente possa se comunicar com a Procuradoria do Ministério Público que trata de crime cibernéticos: que seja mais ativa, firme contra esses crimes, contra a pedofilia, contra a pornografia infantil. Existe algo por trás disso tudo: quando se erotiza crianças, quando se tira delas a inocência, no futuro ela tem uma grande possibilidade de ser um adulto doente, inibido, fragilizado pela violência que sofreu na infância. Quando se erotiza crianças, fragiliza-se, também, a instituição família. Se usa tudo para seduzir seu filho e a sua casa e você, irmão e irmã de fé e do bem, podem sim, lutar contra isso. Render-se a boa educação familiar e, com isso, vencer esse grande mal que vem avançando contra as nossas crianças, contra a inocência dos filhos de João pessoa e da Paraíba”.

4 ENCERRAMENTO

Às 11h49, na presidência, o Sr. vereador Thiago Lucena declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 31 dias do mês de março do ano de 2022.

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho

Presidente da Mesa

Vereador Damásio Franca Segundo Neto

Primeiro-Secretário